

## **SEGUNDA ESCOLÁSTICA PORTUGUESA, EMPIRISMO MITIGADO E A EDUCAÇÃO LUSO-BRASILEIRA**

**ALBERTO FILHO MACIEL MAIA**

UFC. E-mail: albertomaia.ufc@gmail.com

O contato do pensamento luso-brasileiro com a revolução epistemológica do conhecimento humano que ocorre com o advento da modernidade se dá tardiamente em relação a demais países europeus. A postura moderna que se fomenta nos novos tempos retoma o sentido antropocêntrico do ato de conhecer. O homem passa a ser o centro de tudo, e para ele e a partir dele que Ciência e Filosofia devem se gestar. Esta nova concepção se contrapõe essencialmente à postura tradicional do conhecimento, característica da idade média, que tinha Deus como centro de tudo – Teocentrismo.

Não é por acaso então que a filosofia portuguesa relevantemente marcada pela Escolástica resiste às novas concepções gestadas no seio de novas correntes de pensamento que passam a transitar pela cultura ocidental. Entre os principais alvos do bloqueio instituído pela filosofia portuguesa encontra-se o empirismo, corrente eminentemente objetivista que põe a experiência como fonte última de todo o conhecimento e que por isso desestrutura os parâmetros escolásticos. A ciência moderna que passa a se desenvolver a partir da revolução epistemológica da modernidade, com bases eminentemente empiristas, confronta-se com o conhecimento “científico filosófico” que se pautava na tradição aristotélica-tomista tão cara à Segunda Escolástica Portuguesa.

Por que a Filosofia Portuguesa resiste por um período considerável às novas concepções de Ciência e Filosofia? Paim (1984) aponta elementos culturais-políticos presentes em Portugal, refletidos no fato da filosofia portuguesa gravitar em torno de temas religiosos, tais como o caráter do Estado Absolutista português, a forte influência da Igreja Católica, e sobretudo a tradição místico-

-religiosa da cultura lusitana (notadamente a cristã ocidental, mas também em menor escala a mulçumana e a hebraica). Este quadro perdura até o século XVIII quando das reformas pombalinas que representam um importante marco na difusão do arcabouço teórico empirista no pensamento luso-brasileiro. O empirismo que então passa a ser fomentado em Portugal e no Brasil vai ser um empirismo diminuto, moderado, mitigado. O que Pombal fez mediante suas reformas foi efetivar o liberalismo econômico, libertando a burguesia mercantil do “assenhoramento” do Estado em detrimento da hegemonia mercantil dos jesuítas em suas colônias.

O empirismo com o qual o pensamento luso-brasileiro passa a operar no decorrer do século XVIII é um empirismo de certa forma distante do original. Seus postulados teóricos sofrem uma espécie de adaptação à realidade de Portugal e do Brasil. O empirismo mitigado que passa a ser fomentado nestes países tem como uma de suas principais características o fato dele adotar elementos típicos da Segunda Escolástica, corrente de pensamento que predominou do século XVI a meados do século XVIII.

Em Portugal, particularmente, a combinação do rígido sistema de ensino norteada pela Ratio Studiorum da Companhia de Jesus e o advento da Inquisição (que perdura em Portugal até 1820) imprime ao seu pensamento caminho distinto daquele empreendido pelo Europa Ocidental e constitui base importante do movimento de Contra-Reforma português que tanto resistiu ao pensamento moderno. A Ratio Studiorum é aprovada definitivamente no início do século XVII e fixa as linhas sob as quais se subordina o ensino em Portugal até a reforma pombalina. Ela sintetizava a experiência pedagógica dos jesuítas, regulando cursos, programas, métodos e disciplinas das escolas da Companhia. Os jesuítas no decurso do século XVI até o início do século XVII conquistaram autêntico monopólio do ensino médio em Portugal, controle da Universidade de Évora e do Colégio de Artes de Coimbra e considerável influência sobre a Universidade de Coimbra.

A *Ratio Studiorum* estabeleceu regras tanto para os denominados estudos inferiores, que lecionavam as gramáticas latina e grega e ensinavam a escrever e falar de modo erudito, como para os estudos de nível universitário, os quais compreendiam três anos de filosofia (Aristóteles) e quatro de Teologia (São Tomás). No que se refere aos cursos superiores o que interessava à Companhia de Jesus era subordinar a filosofia à teologia fazendo prevalecer o tomismo puro. A *Ratio Studiorum*, o monopólio jesuíta do ensino, a censura da Inquisição e dos Tribunais do Santo Ofício vão expressar o espírito “escolástico” presente na Contrarreforma de Portugal, impedindo, e mais tarde limitando, o contato com o pensamento moderno. Dessa forma, a Segunda Escolástica Portuguesa fortemente imbuída de um espírito de índole medieval priva a intelectualidade de um contato aberto com a filosofia moderna.

Em conformidade com o espírito “escolástico” da metrópole, a principiante intelectualidade brasileira, durante este período que se encerra fundamentalmente com a reforma pombalina e a expulsão dos jesuítas, tem suas obras marcadas predominantemente pelo assim chamado “saber da salvação” – denominação de Luis Washington Vita (Paim, 1984, p. 25). A visão do “saber de salvação” coloca a vida como subordinada integralmente a ditames extraterrenos, sob a égide de princípios de todo negativos da pessoa humana. Seu elemento definidor consiste no “desprezo do mundo”, “desprezo não tanto pelo próprio mundo mas pela condição humana”. Busca o saber de salvação privilegiar a religiosidade do homem e tem como ideal uma comunidade de ascetas. Entre os autores marcados por esta visão e que se destacam neste período, encontram-se Souza Nunes (1730/1808) e Nuno Marques Pereira (1652/1735).

O processo de incorporação do pensamento moderno só se conclui no Brasil. A reação anti-escolástica em Portugal estancou na aceitação da nova física e na apreensão do caráter operativo do saber científico. Coube ao pensamento brasileiro estender a re-

forma ao plano ético-político, fundamentando-a filosoficamente. Mediante este movimento, o pensamento filosófico brasileiro conquista a sua autonomia em relação à antiga metrópole. Para Paim “à primeira vista, a questão resumir-se-ia à simples incorporação do liberalismo político e assim o entenderam muitos pensadores destacados” (1984, p. 21). O período pombalino tem também forte repercussão no Brasil e abre caminho para que o empirismo mitigado se estruture no país. Este, como tão bem caracteriza Paim, gira em torno das seguintes teses:

I) A verdadeira filosofia reduz-se a ciência, sendo ilegítima a metafísica ensinada em Portugal até as reformas pombalinas; II) o conhecimento se origina nas sensações, embora se possa aprender em nossa mente a presença de certas ideias cuja proveniência não se pode estabelecer com precisão; III) em matéria de filosofia natural, a verdade está com os modernos; e, IV) no terreno moral, embora sejam legítimas algumas teses modernas, cumpre seguir a tradição (PAIM, 1984, p. 235).

O empirismo que transitava entre a intelectualidade elimina toda a problemática que a nova física trouxera ao saber filosófico e não discute profundamente as doutrinas a que se contrapunha. Com o decorrer do tempo isto traria aos empiristas dificuldades na incorporação das ideias políticas francesas. Apesar deste impasse o empirismo mitigado marcou destacadamente a consciência filosófica brasileira e chegou a dar base para que futuramente o positivismo adentrasse no país. Além disso, o empirismo mitigado ofereceu substrato teórico para muitos intelectuais que tiveram participação ativa em acontecimentos históricos-políticos marcantes do país, tais como a Independência e a Inconfidência Mineira. Destacam-se também como produto desta influência, a nossa incipiente tradição na pesquisa científica, que se reflete especialmente na tendência do ensino brasileiro a estar “divulgando” ciência e não “fazendo” ciência, sobretudo em decorrência do legado pombalino e no cará-

ter propedêutico que marcou por muito tempo o ensino secundário no país e que encontra na herança deixada pelo ensino jesuítico, no “enciclopedismo” alimentado pelo empirismo mitigado, pelo cientificismo e pelo positivismo, elementos que lhe possibilitam a compreensão.

## Referências

COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PAIM, Antonio. *História da Ideias Filosóficas no Brasil*. São Paulo: Editora Convívio, Instituto Nacional do Livro, 1984.

RIBEIRO, Maria Luísa S. *História da Educação Brasileira – a organização escolar*. São Paulo: Ed. Moraes, 1984.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.